



## **SOBRE PESQUISAS COM JOVENS ALUNOS DE ENSINO MÉDIO**

Nara Vieira Ramos – UFSM

Elisete Medianeira Tomazetti – UFSM

Sueli Salva – UFSM

Vitor Schlickmann – UFSM

CNPQ

**Resumo:** Este artigo tem por finalidade apresentar a reflexão suscitada pelo desenvolvimento de uma investigação com jovens estudantes de escolas públicas de ensino médio. Os instrumentos de produção dos dados quantitativos utilizados foram o foco da reflexão. Procura-se não só analisar, mas ampliar o conhecimento sobre a questão que acompanhou a equipe de investigação durante e após o desenvolvimento da referida pesquisa. Considera-se que é necessário não só conhecer a geração jovem que está na escola, mas desenvolver a habilidade de escuta, antecedida de um olhar sensível, como estratégia para identificar diferentes contextos e direcionar as perguntas de modo que os colaboradores da pesquisa encontrem sentido em dela participar. Agrega-se neste artigo experiências anteriores sobre a pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas*, realizada em 2004-2005. Constata-se a necessidade de um cuidado maior na elaboração e na aplicação dos instrumentos de pesquisa, considerando a invisibilidade de muitos jovens.

**Palavras-chave:** Pesquisa Quantitativa; Ensino Médio; Juventudes.

### **Introdução**

No desenvolvimento de pesquisas nas ciências sociais e humanas, por muito tempo cultivou-se a oposição entre uma dimensão quantitativa e uma dimensão qualitativa das investigações. Hoje, esta dicotomia não mais se sustenta e tem se tornado obsoleta. Todavia, ainda vivencia-se dificuldades na produção de dados de caráter quantitativo, principalmente porque se procura obter número significativo de colaboradores envolvidos nos questionários. Quanto maior este número, maior será a representatividade e, conseqüentemente, mais confiáveis e fidedignos serão os resultados obtidos.

Na pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas*, realizada nos anos de 2004 e 2005 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) em parceria com o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em

Políticas Sociais (POLIS), aplicaram-se 8.000 questionários a uma amostra de jovens de 15 a 24 anos, moradores em sete regiões metropolitanas e no Distrito Federal. Para este levantamento de dados foi contratada uma empresa especializada, que também fez o processamento dos dados. O questionário utilizado estava organizado em questões sobre o perfil dos jovens em relação a educação, situação familiar, trabalho, mídia, acesso à cultura e também participação e cultura política. Cada região recebeu o primeiro processamento e posteriormente foram realizados cruzamentos específicos conforme o interesse da equipe da região em questão.

Quando foi desenvolvida, no período de 2008-2010, a pesquisa *Educação e Juventude: Jovens das Escolas Públicas de Ensino Médio de Santa Maria/RS*, a produção dos dados na etapa quantitativa, em 2009, deu-se através da aplicação de um questionário que seguiu o modelo do instrumento utilizado pelo IBASE/POLIS, pois a intenção era traçar um perfil sócio-econômico-familiar e cultural dos jovens que se encontravam nas escolas públicas de Ensino Médio da cidade. A pesquisa foi realizada por amostragem probabilística. A seleção dos jovens para responderem à pesquisa de opinião ocorreu através da probabilidade proporcional ao tamanho da amostra, para a qual a medida de tamanho foi o número de jovens de 15 a 24 anos nas escolas. Para a definição da amostra da pesquisa, foi considerado como ponto de partida o levantamento disponibilizado pela 8ª Coordenadoria Regional de Educação de Santa Maria/RS (8ª CRE). Os dados eram referentes ao número de alunos matriculados no Ensino Médio das escolas de Santa Maria, no ano de 2006. A opção foi por tomar esse ano como referência, pois o censo realizado no período indicava o número de alunos do sexo feminino e masculino. Essa divisão deixou de ser feita a partir de 2007, devido à mudança na forma de coleta de dados realizada pela Coordenadoria.

Na cidade de Santa Maria havia, até a realização da pesquisa, vinte e uma (21) escolas estaduais que ofereciam Ensino Médio, distribuídas nas diferentes regiões da cidade, a saber: Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro e Zona Rural. Para realizar a escolha da amostragem das escolas que participariam da pesquisa, foram agrupadas as instituições por região e realizado sorteio, porém também foi considerado o público atendido, a diversidade sócio-cultural e as peculiaridades no atendimento dos jovens alunos (jovens internos na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), escola de Ensino Médio – Magistério, Escola Rural, Educação de Jovens e Adultos, jovens da periferia e do centro da cidade). A amostra foi de 370 jovens, sendo 165 jovens do sexo masculino e 205 do sexo feminino.

Após a produção dos dados pelos pesquisadores, foi realizada a digitação em planilha Excel, posteriormente encaminhada para processamento pelo programa Statical Analisis

Sistem (SAS) versão 9.2, no Departamento de Estatística da UFSM. A partir desse primeiro processamento, foram realizados outros cruzamentos julgados importantes para a etapa quantitativa da investigação.

Para a efetivação desta etapa houve a colaboração de estudantes dos cursos de graduação (Pedagogia, Filosofia, Matemática) e do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Os estudantes/pesquisadores receberam formação específica para a realização do trabalho de campo – pesquisa de opinião. Esta formação específica teve por finalidade a familiarização dos entrevistadores com os conceitos de juventude, culturas juvenis, ensino médio, entre outros, e com os questionários, a metodologia e os procedimentos éticos desta etapa da pesquisa. Os pesquisadores trabalharam em equipes nas escolas, onde aplicaram os questionários individualmente.

Um questionário piloto foi realizado em ambiente e circunstâncias as mais próximas possíveis das condições reais que seriam encontradas na execução efetiva da pesquisa. A partir desta intervenção, foram corrigidos os problemas verificados no questionário, e os professores pesquisadores realizaram o monitoramento dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes/pesquisadores.

As situações vivenciadas na etapa quantitativa desta pesquisa (a pesquisa de opinião) provocaram algumas dúvidas e desconfortos no momento da aplicação do questionário aos jovens, nas diferentes escolas. A partir destas vivências de pesquisa, considerou-se importante, então, a problematização e a reflexão relativas aos instrumentos de pesquisa utilizados na produção dos dados com jovens em diferentes contextos.

Considerou-se que a idealização e a realização de uma pesquisa exigem acompanhamento reflexivo, com o intuito de não tornar ingênua a curiosidade dos investigadores, e sim subsidiá-la com uma reflexão crítica.

Produzir uma pesquisa num momento de questionamento intenso dos fundamentos da ciência, em geral, e das ciências sociais, em específico, é um movimento exigente e um exercício constante de revisão e autoconhecimento (MEINERZ, 2009, p. 71).

O desafio era produzir perguntas que fizessem sentido para os jovens. Não que essa atitude pretenda com isso uma resposta ‘verdadeira’, mas uma resposta possível de ser dada, que estivesse relacionada às experiências sociais desses sujeitos, ao seu cotidiano. Importa dizer que as perguntas descontextualizadas não possibilitavam aos jovens elaborar respostas com sentido. Desse modo, também o processo investigativo dificultou que fossem produzidas explicações plausíveis em um contexto de complexidade. No âmbito das pesquisas em ciências sociais e em educação há um investimento no exercício de interlocução com os

métodos quantitativos e qualitativos, com vistas a produzir um tipo de conhecimento que, aliado a outros, possa se converter em instrumento de compreensão dos conflitos e dos novos problemas que surgem no campo da educação e da vida cotidiana dos jovens.

A vida cotidiana estrutura-se tanto no tempo como no espaço e se insere em uma dimensão social e cultural. De acordo com os autores,

estou só no mundo de meus sonhos, porém sei que o mundo da vida cotidiana é tão real para os outros como é para mim. Na realidade não posso existir na vida cotidiana sem interatuar e comunicar-me continuamente com os outros (BERGER; LUCKMANN, 2005, p. 38).

De acordo com Berger e Luckmann (2005), a realidade da vida cotidiana se organiza ao redor do 'aqui' de meu corpo e no 'agora' do meu presente, mas não se esgota nessa presença imediata, senão em fenômenos que não estão presentes, do ponto de vista tanto espacial como temporal. A realidade da vida social é um mundo intersubjetivo, onde cada um interatua e se comunica constantemente com os outros, com outros contextos, com outras realidades.

### **1. Da pesquisa quantitativa aos processos participativos**

Na pesquisa Educação e Juventude: Jovens das Escolas Públicas de Ensino Médio de Santa Maria/RS, a primeira etapa, pesquisa quantitativa de opinião com utilização de questionário, consistiu em colocar para o grupo representativo dos jovens a serem investigados uma série de perguntas relativas à sua situação social, familiar, profissional, buscando levantar suas opiniões em relação a questões pessoais e em relação às redes sociais que os envolve.

Luc Van Campenhoudt apresenta alguns objetivos para a utilização deste instrumento de pesquisa:

O conhecimento de uma população enquanto tal: as suas condições e modos de vida, os seus comportamentos, os seus valores ou as suas opiniões; (...). De maneira geral, os casos em que é necessário interrogar um grande número de pessoas e em que se levanta um problema de representatividade (CAMPENHOUDT, 2008, p.189).

No caso das pesquisas *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas* (2004-2005) e *Educação e Juventude: Jovens das Escolas Públicas de Ensino Médio de Santa Maria/RS* (2008-2010), estes dois itens foram contemplados para a utilização deste instrumento de pesquisa. As vantagens deste método são:

A possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação; *facto* de a exigência, por vezes

essencial, da representatividade do conjunto dos entrevistados pode ser satisfeita através deste método. É preciso sublinhar, no entanto, que esta representatividade nunca é absoluta, está sempre limitada por uma margem de erro e só tem sentido em relação a certo tipo de perguntas, as que têm sentido para a totalidade da população em questão (CAMPENHOUDT, 2008, p. 189).

Quando da execução da pesquisa, nessa etapa, os pesquisadores depararam-se com um grande mal-estar ao aplicar, o questionário, tanto aos jovens da zona rural, como aos jovens infratores internos em unidade da FASE, ex-FEBEM, e aos alunos do Ensino Noturno e da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Ocorreu a constatação que muitas das perguntas eram esvaziadas de sentido para eles. Algumas questões diferem muito nos diferentes contextos sociais: acesso a internet, participação em grupos, gosto pela escola, escola com atividade extra, universidade, vestibular, cotas, participação em atividades em meios de comunicação como jornal comunitário, jornal da escola, *fanzine*, produção de vídeos, rádio comunitária, televisão comunitária, atividades relacionadas a cultura e lazer. Para os jovens do meio rural, por exemplo, as quermesses e bailes se configuravam como atividades de lazer, mas o questionário não contemplava tais alternativas.

Em relação à EJA, foi possível observar a situação de precariedade do ensino que é ofertado àqueles jovens e adultos. Constata-se a negação de um ensino de qualidade a essa parcela da população. Os jovens e adultos que têm melhor poder aquisitivo estão em escolas do centro da cidade e não da periferia ou da zona rural, para os jovens da FASE, que não têm opção, é somente oferecida a escola existente na internação. No entanto,

É preciso registrar que, além da forte seletividade que caracteriza o acesso aos níveis pós-escolaridade obrigatória, a realidade dos ensinos médios e superiores se apresenta com fortes segmentações internas e disparidades quanto à qualidade do ensino oferecido em diferentes regiões do país – e mesmo dentro da mesma região – naquilo que se refere à origem social dos alunos matriculados. Simplificando poderíamos definir o sistema educacional brasileiro como sendo a supremacia da lógica das escolas ricas para os ricos e escolas pobres para os pobres. Ou ainda, como comentou o economista Luiz Gonzaga Belluzzo contrariando a teoria do capital humano, que, no Brasil, os pobres não são pobres porque não têm uma educação de qualidade, mas não têm educação de qualidade exatamente por serem pobres (CARRANO; DAYRELL, 2002, p. 21-22).

Na aplicação do questionário, principalmente na FASE, no Ensino Noturno, na EJA e na escola rural onde os pesquisadores estiveram presentes, perceberam a falta de sentido para aqueles jovens das questões mencionadas, principalmente porque não haviam perguntas mais específicas acerca da sua situação como alunos daquelas escolas, em seus contextos mas partiam do senso comum, da representação de uma escola igual para todos. Os pesquisadores perceberam que tiveram o discernimento suficiente, no momento de construção do

questionário, dos diferentes tipos de escolas, dos contextos e dos jovens alunos que lá iam para estudar e socializarem-se, levando seus projetos de vida. As perguntas foram direcionadas, por exemplo, para que relatassem acerca de sua preparação para o vestibular. Foi avaliado, posteriormente, que houve certa negligência ao fato de muitos jovens não se preocuparem com o vestibular e estarem buscando uma formação que lhes permita pleitear o acesso ao mercado de trabalho.

Esta situação colocou-se como uma limitação da pesquisa quantitativa, pois o questionário é um instrumento de caráter fechado, se alguém tivesse sido contratado para realizar a referida pesquisa, não tendo recebido preparo e informações acerca do assunto, tais condições e desconfortos teriam sido inexistentes. No caso da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas pública, realizada pelo IBASE/POLIS (2004-2005), onde foram contratadas pessoas para a realização da 1ª fase da pesquisa, na época foi constatada tal situação pelos pesquisadores em Porto Alegre, da fase qualitativa (Grupo de Diálogo) conforme relatório regional Fischer et al (2006). No momento do contato com os jovens percebeu-se que os pesquisadores, para atingir a “quota do dia”, não respeitaram o fator idade e, também em contato telefônico com a família de um jovem, foi constatado que o mesmo tinha problema mental e havia participado da pesquisa através de um amigo que respondeu por ele o questionário. Sua mãe quando entrou em contato com a equipe para que seu filho participasse da 2ª fase, informou sobre a situação do jovem. Outra situação detectada foi de a um “jovem” que apareceu para participar de um Grupo de Diálogo, na segunda fase da pesquisa e tinha 32 anos. O jovem relatou que foi entrevistado no final do dia em uma praça de uma cidade do Rio Grande do Sul, informou sua idade à entrevistadora e, mesmo assim, ele foi entrevistado. Destaca-se que a faixa etária da pesquisa abrangia jovens de 15 a 24 anos.

Luc Van Campenhoudt aponta limites e problemas do questionário, como:

O peso e o custo geralmente elevado do dispositivo; a superficialidade das respostas, que não permitem a análise de certos processos, na maior parte das vezes, no entanto, esta lacuna está menos ligada ao próprio método do que às fraquezas teóricas e metodológicas daqueles que o aplicam; o caráter relativamente frágil da credibilidade do dispositivo. Para que o método seja digno de confiança devem ser preenchidas várias condições: rigor na escolha da amostra, formulação clara e unívoca das perguntas, correspondência entre o universo de referência das perguntas e o universo de referência do entrevistado, atmosfera de confiança no momento da administração do questionário, honestidade e consciência profissional dos entrevistadores. Na prática, as principais dificuldades provêm, geralmente, da parte dos entrevistadores, que nem sempre estão suficientemente formados e motivados para efetuarem este trabalho exigente e muitas vezes desencorajador (CAMPENHOUDT, 2008, p. 189-190).

As situações apresentadas auxiliam a considerar as vantagens e desvantagens de uma intervenção quantitativa nos moldes de uma pesquisa de opinião. Torna-se necessário salientar a importância, para a realização de diagnósticos, da utilização, além deste tipo de instrumento, de outros que poderiam “cercar” de melhor forma os sujeitos e/ou temas de investigação, complementando o levantamento quantitativo.

Para avançar na compreensão e problematização sobre instrumentos de pesquisa, o caminho mais profícuo para o aperfeiçoamento metodológico neste momento foi aprofundar os estudos sobre metodologias participativas, a partir de Villasante (2006), Serrano (2009), entre outros. Estes pesquisadores indicam a necessidade de utilização de vários instrumentos de pesquisa para a produção de um diagnóstico da situação a ser estudada, de modo a produzir dados a partir de diferentes sujeitos da comunidade. Consideram que um dos contextos da comunidade pode ser a escola, mas não o único. Estes autores evidenciam a necessidade de uma aproximação ao campo de investigação, com visitas, passeios pela comunidade, oficinas, entrevistas a pessoas da comunidade escolar, procurando construir relações de confiança para que as pessoas possam se sentir protagonistas e assim forneçam as informações.

Neste caso, ressalta-se que um dos componentes fundamentais nas metodologias participativas é a “escuta”. Conforme Paulo Freire,

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. Isto não quer dizer, evidentemente, que escutar exija de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala. Isto não seria escuta, mas auto-anulação. A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar, ou melhor, me situar do ponto de vista das idéias. Como sujeito que se dá ao discurso do outro, sem preconceitos, o bom escutador fala e diz de sua posição com desenvoltura. Precisamente porque *escuta* sua fala discordante, em sendo afirmativa, porque escuta, jamais é autoritária (FREIRE, 1997, p. 135).

O que se considera necessário é aprender com as diferenças: “é no respeito às diferenças entre mim e eles ou elas, na coerência entre o que faço e o que digo que me encontro com eles ou com elas” (FREIRE, 1997, p. 152). Porém, para poder realizar um processo participativo, precisa-se iniciar fazendo perguntas básicas: O que? Como? Por quê? Para que? E para quem? Estas perguntas compõem o início do desenho criativo utilizado por Villasante (2009) e colaboradores.

## **2. A invisibilidade dos jovens de diferentes contextos nas pesquisas quantitativas e escolas de ensino médio**

No Brasil, a partir de 1996, o Ensino Médio brasileiro passou a abrigar uma diversidade de alunos oriundos dos mais variados setores da população. Antes deste marco, um número muito menor de jovens chegava até esta etapa do ensino, porque o chamado “primeiro grau” era considerado o final da Educação Básica em nosso país. Em outras palavras, antes da LDB 9394/96, não havia a obrigatoriedade do oferecimento gratuito do Ensino Médio a todos os jovens. Este nível de ensino não era incluído na Educação Básica. Tal situação fazia com que um número significativo de jovens encerrasse seus estudos ao final da oitava série, ou não encontrasse em suas regiões escolas de Ensino Médio para prosseguirem sua escolarização.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei nº. 9.394, de 20/12/96, artigo 21), o Ensino Médio tornou-se a etapa final da Educação Básica, e hoje milhares de jovens brasileiros prosseguem seus estudos, ampliando seus conhecimentos acadêmicos e adquirindo, assim, melhores chances de inserção no mercado de trabalho.

Todavia, apesar dessa inegável conquista, a qual permite que jovens de diferentes classes sociais possam estender seus estudos com possibilidades de acesso ao Ensino Superior ou ao mundo do trabalho, as escolas brasileiras continuam atuando como se nada houvesse mudado. De um lado, desconsideram as culturas particulares que cada jovem aluno traz para o universo da escola, com suas diferentes maneiras de dar sentido ao mundo. Parte-se do pressuposto de que todos os jovens alunos ingressantes possuem os mesmos objetivos e anseios diante do ensino. Por seu turno, estes jovens estudantes acabam fazendo desta etapa do ensino apenas um ritual de memorização, pois os conteúdos escolares são apresentados de forma descontextualizada, como se o único objetivo de se estar na escola fosse reter informações para vestibulares ou outras formas de acesso ao Ensino Superior.

Apesar dos avanços, ainda não há conhecimento suficiente sobre os estudantes, e, muitas vezes, ao construir um instrumento de pesquisa, acaba-se também negando os diferentes contextos sociais e culturais e negligenciando os acontecimentos e condições da vida cotidiana desses jovens. Ou seja, é necessário não só conhecer a geração jovem, como ainda desenvolver a habilidade de escuta, antecedida de um olhar sensível, como estratégia para identificar diferentes contextos e direcionar as perguntas de modo que os sujeitos da pesquisa encontrem sentido em respondê-las.

Apesar do amplo acesso da população jovem ao Ensino Médio, este nível de ensino não está isento da situação de crise que acomete a escola e o ensino como um todo – uma crise do sentido do ensino e de seus objetivos, uma crise que põe em evidência o desafio à autoridade docente e ao seu papel social diante de uma diversidade de estudantes das mais

variadas localidades e procedências sociais, culturais e econômicas. Neste contexto, a escola – e mais propriamente o Ensino Médio – não tem conseguido oferecer um ensino que estimule o jovem a aprender e a fazer do espaço escolar um lugar de crescimento também no âmbito de sua socialização e relações. Persistem os problemas de permanência e de sucesso destes jovens na escola.

O Ensino Médio brasileiro, conforme as Diretrizes (1998), deveria superar a dualidade entre formação geral e formação profissional e encontrar outras maneiras de selecionar, organizar e tratar o currículo, de forma a propiciar uma formação científico-tecnológica e sócio-histórica a todos os alunos. Com isso, seus alunos estariam aptos a participar da vida social e produtiva, com autonomia intelectual e senso ético (KUENZER, 2001, p. 45).

Entretanto, o Ensino Médio não tem conseguido transformar-se, deixar de ser propedêutico ao Ensino Superior, como sempre foi. Não tem sido sensível aos interesses e possibilidades dos jovens oriundos das camadas populares que nele têm ingressado.

As grandes mudanças nos modos de produção, as mudanças na estrutura social e familiar, as transformações no plano das instâncias de produção e difusão de significados (a cultura) afetam profundamente os processos de construção das subjetividades (FANFANI, 2000, p. 2).

Há estudantes que chegam às escolas sem saberem o porquê de terem de avançar mais três anos na educação formal. E quando buscam junto a professores dar um sentido para seu ensino ou sua participação na vida escolar, veem-se sem alternativas, já que grande parte dos professores ainda acredita que o Ensino Médio existe somente para preparar o aluno para o Ensino Superior.

Nos últimos anos têm crescido os índices de evasão escolar no Ensino Médio. Muitos alunos chegam a esta etapa do ensino sem, todavia, concluir os últimos três anos da educação básica. Fanfani (2000), entre outros, tem apontado que tal situação denota a crise de sentido desta etapa do ensino, com sua escassez de propostas pedagógicas condizentes com a realidade dos jovens:

Sobretudo, a ausência de sentido da experiência escolar para uma porção significativa de adolescentes e jovens latino-americanos (em especial aqueles que provêm de grupos sociais excluídos e subordinados) que têm dificuldades para ingressar, progredir e se desenvolver em instituições que não foram feitas para eles (FANFANI, 2000, p. 2).

Há, ainda, a carência de boa formação profissional dos professores. Para Martins (2002), estamos gerando “os excluídos” do sistema, principalmente, pela produção de um

sentimento de não-pertencimento e pela ausência de identidade comum. Esta situação, para muitos jovens, faz parte do seu dia-a-dia; “a vivência real da exclusão é constituída por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações, de anulações e, também, de inclusões enganadoras” (MARTINS, 2000, p. 21).

Quando a equipe de pesquisadores realizou as entrevistas na FASE, com jovens infratores que frequentam a escola – direito outorgado pela Constituição Federal de 1988 e também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) –, perceberam o quanto essa escola está longe das necessidades e interesses destes jovens. Eles vão à sala de aula por ser uma oportunidade de estar fora da “cela”. Os jovens que responderam ao questionário da pesquisa estavam sob efeito de remédios, não conseguiam se concentrar nas informações que eram dadas para responderem ao questionário. Em face disso, questiona-se como estes jovens conseguirão acompanhar uma aula de Matemática, Português ou outra qualquer, na situação em que se encontram? Não seria esta uma inclusão enganadora definida pelas políticas públicas?

Também nas escolas de Ensino Médio noturno verificam-se situações de jovens que deixaram de ser jovens há muito tempo e que cedo tiveram que assumir compromissos de adultos em suas famílias para dar conta da sobrevivência. Além disso, há um grande número de jovens que migram para a EJA. Percebe-se com isso o que Fanfani (2000, p. 2) diz: “tudo parece indicar que todos aqueles que “chegam tarde” à escola (os adolescentes e jovens excluídos) ingressam em uma instituição que não foi feita para eles e, que, portanto, não cumpre nenhuma função em seus projetos de vida”.

Hoje, o discurso preponderante faz a defesa da “educação permanente ou educação durante toda a vida”, o que implicaria em não ter nenhuma criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso fora da série, ano, etapa de ensino, ciclo ou módulo correspondente. No entanto, seria preciso reconhecer que cada um tem um tempo, e esse tempo não é o mesmo para todos. Desta forma, é preciso enfatizar que a escola deve ser pensada para dar conta dos diferentes tempos e ritmos de seus estudantes.

### **Considerações finais**

A realização da pesquisa *Educação e Juventude: Jovens das Escolas Públicas de Ensino Médio de Santa Maria/RS*, concluída em 2010, possibilitou à equipe de pesquisadores

não só conhecer um pouco sobre os jovens e a sua relação com o Ensino Médio nesta cidade, como também desenvolver um processo reflexivo acerca das metodologias utilizadas para a realização das pesquisas com os jovens. A pesquisa colocou-se duplamente como desafio: não apenas no sentido de possibilitar que os jovens respondam aos instrumentos de investigação, mas sobretudo efetuar uma reflexão constante durante todo o desenvolvimento da pesquisa, para que assim se efetive a construção de processos teóricos e empíricos condizentes com os diferentes contextos sociais e culturais vivenciados pelos jovens. Embora a ênfase fosse de possibilitar que os jovens falassem de si, de suas vivências, de suas experiências, em alguns momentos as perguntas se mostraram inadequadas. Muitas vezes critica-se a escola por estar distante dos interesses dos jovens, mas também percebe-se a fragilidade dos pesquisadores na elaboração de instrumentos de pesquisa, que nem sempre se mostram adequados para que o jovem “fale” sobre suas experiências, expectativas, concepções.

Mesmo compreendendo que a cultura juvenil se caracteriza, entre outras coisas, por sua faceta nômade, tentou-se perceber como o olhar dos jovens sobre o ambiente escolar amplia ou reduzem as possibilidades da própria situação na qual eles se encontram a escola. A impressão quanto à temática pesquisada é que a mesma certamente permite ainda inúmeras reflexões. O desafio está posto, e a necessidade de ampliar o diálogo com os jovens do Ensino Médio exige a nossa conscientização de que estes não são meros adolescentes, jovens, mas sujeitos e cidadãos.

Ampliar o diálogo, mesmo que o nível médio de escolarização seja entendido como passaporte para o Ensino Superior e/ou para o mundo do trabalho, por exemplo, não elimina o reconhecimento de que os jovens estão na escola “por um fio”, e afirmar isso pressupõe igualmente reconhecer que tal fio é constituído mais pelas convivências entre os pares e por um espaço de manifestação de um tipo de cultura específico do que pelas oportunidades que a escola pode lhes apresentar para “fazer deles alguém na vida”.

Tendo presente que a finalidade do trabalho foi produzir uma reflexão e estabelecer uma compreensão, a partir do entrelaçamento dos dados coletados e as fontes bibliográficas disponíveis, procurou-se não só analisar, mas, inclusive, ampliar o conhecimento sobre o tema proposto, articulando contexto cultural, social e escolar. Dessa forma, situaram-se diferentes linguagens, na tentativa de fazer uma conexão entre o geral e o particular – próprio da abordagem quantitativa. Contudo, a partir da pesquisa quantitativa, percebeu-se que essa fase não se reduziu a análises isoladas, divididas ou estanques, mas estava sim rodeada de inúmeras possibilidades de análises, de novos questionamentos, de outras provocações que se constituíam à medida que o trabalho avançava nas reflexões.

Também percebe-se que, para melhor cercar os problemas de pesquisa em relação à categoria *juventude* e aos diversos temas que a ela estão ou poderão estar associados (neste caso, o Ensino Médio), é preciso debruçar-se sobre outras formas de levantamento de dados aliados a pesquisa quantitativa. Utilizando técnicas participativas, de acordo com o grupo a ser pesquisado e seus diferentes modos de inserção, então, talvez ter-se-á diagnósticos mais representativos da realidade estudada.

## Referências

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **La construcción social de la realidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.

Brasil, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. (1996). Lei nº. 9.394/96.

CARRANO, Paulo César; DAYRELL, Juarez. **Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessa de um outro mundo**. Texto apresentado na 25ª Reunião da ANPED, Anais, 2002.

FANFANI, Emílio Tenti. Culturas jovens e cultura escolar. Documento apresentado no seminário “Escola Jovem: um novo olhar sobre o Ensino Médio”. Ministério da Educação. Brasília, 2000.

FISCHER, Nilton et al. **Relatório Regional - Porto Alegre**. In: Relatório Global – Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. [www.polis.org.br](http://www.polis.org.br), 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KENZER, Acácia Z. (Org.). **Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LUC VAN CAMPENHOUDT, Raymond Quivy. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Trad. João Marques, Maria Amélia Mendes e Maria Carvalho. 5. ed. Portugal, Gradiva, 2008.

MARTINS, José Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MEINERZ, Carla Beatriz. **Adolescentes no pátio: outra maneira de viver a escola**. Porto Alegre: UNIRITER, 2009.

SERRANO, Manuel Montañés. **Metodología y técnica participativa**. Barcelona, Editorial UOC, 2009.

SOUZA, Regina Magalhães de. **Escola e juventude: o aprender a aprender**. São Paulo: EDUC/PAULUS, 2003.

VILLASANTE, Tomás et al. **Metodologías Participativas** – Manual. Observatorio Internacional de Ciudadanía y Medio Ambiente Sostenible (CIMAS), Madrid, 2009.

\_\_\_\_\_, Tomás. **Desbordes creativos**: estilos y estrategias para la transformación social. Madrid, Catarata, 2006.